

ALVES, Francisco José. A fortuna Crítica de Felisbello Freire. Cadernos UFS - História, São Cristovão, n. 2, p. 51-59, Janeiro/Julho 1996.

"- Só se é louvado pelos seus semelhantes! - Sim. É aquele que te louva diz: tu pertences aos meus semelhantes! (F. W. NIETZSCHE. A Gala Ciência, § 190).

"... O que é uma 'obra de valor' em História? Aquela que é reconhecida como tal pelos pares". (MICHEL DE CERTEAU. A Escrita da História, p. 72)

Não é grande a fortuna crítica de Felisbello Freire, (1858-1916). Entretanto, desde o século XIX sua obra tem merecido a apreciação de historiadores, críticos, biógrafos. Arrolando este *corpus* minha intenção é evidenciar a inexistência de trabalhos que examinem exaustivamente o pensamento historiográfico do autor e averiguar os parâmetros da Crítica na efetivação da análise. Acompanhem, cronologicamente, a recepção da obra de Felisbello Freire.

O "nascimento" de Felisbello Freire enquanto historiador ocorre em 1888. Neste ano o autor envia à revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro um artigo onde analisa os primórdios da colonização sergipana. Como de costume, os trabalhos recebidos pelo instituto são submetidos a apreciação de uma comissão que exara parecer sobre o valor do artigo assim como da pertinência de publicá-lo ou não. O artigo de Felisbello Freire é examinado por Augusto Vitorino A. Sacramento Blake e José Alexandre Teixeira de Melo, historiadores do Instituto. A opinião dos estudiosos é favorável. Para eles, o trabalho de Felisbello Freire "é de real valor" e assim sendo deve ser impresso na Revista e o seu autor é "merecedor de um lugar" no IHGB. Os examinadores apontam como mérito do texto as "considerações de ordem filosófica" e o fato de ser fruto de longas pesquisas. Para os pareceristas Felisbello Freire deve ser admitido no reino de Clio (BLAKE & MELO, 1888).

Este parecer é muito significativo pois expressa a visão do *status quo* historiográfico, a voz da instituição histórica do Brasil à época. Consonante com a orientação cientificamente vigente, os dois historiadores entendem que a boa História

Este seria o caso do texto de Felisbello Freire.

O primeiro livro de história publicado por Felisbello Freire mereceu a atenção de uma figura proeminente da crítica literária brasileira da segunda metade do século XIX: José Veríssimo. Veríssimo, além de crítico, é também historiador participante do IHGB e, posteriormente, da Academia Brasileira de Letras. O parecer do crítico vale como uma consagração dada a sua importância no meio intelectual. José Veríssimo sempre manifestou muita independência nos seus juízos de crítico literário. Fazendo uma apreciação do movimento bibliográfico do ano de 1891, escreve (VERÍSSIMO, 1977: 264-5): "O mais notável produto dos estudos históricos entre nós foi a História de Sergipe pelo Dr. Felisbello Firmo de Oliveira Freire". Para ele o livro é "uma preciosa contribuição para a história geral do Brasil". Além deste valor intrínseco é também "um documento em prol da razão histórica da federação." O livro é ainda valorizado, na ótica do crítico, pelos documentos (inéditos ou não) que publica. O juízo de Veríssimo toma como critério de avaliação tanto o valor intrínseco da obra quanto o seu efeito político: ser um argumento em defesa da federação. Ciência e Política se irmanam. A primeira fornecendo razões à organização federativa do Brasil republicano.

O lançamento da **História Constitucional da República do Estados Unidos do Brasil**, em 1894, enseja a manifestação de um intelectual (crítico e historiador) conceituado: Tristão de Alencar Araripe Júnior. Araripe Júnior dedica ao livro uma série de seis artigos, publicados no importante **Jornal do Commercio** (ARARIPE JÚNIOR, 1960: 335-58) Nestes artigos o crítico faz um resumo da obra e a dissecar quanto à orientação filosófica e metodológica, registra pequenas discordâncias pontuais. Em primeiro lugar, Araripe Júnior observa que Felisbello Freire escreve sua história da implantação da República no Brasil sob a orientação de Hipolite Taine. Segundo ele, Felisbello Freire não se enquadra nos moldes da historiografia romântica (Michelet, Carlyle, Landor) mas na historiografia naturalista representada por Taine. A meu ver, em que pese este enquadramento de Felisbello Freire nos limites do naturalismo historiográfico, ao menos na **História de Sergipe** e na **História Constitucional**, Felisbello Freire paga um largo tributo à historiografia romântica concebendo aos grandes homens um papel de destaque. Nota Araripe Júnior que Felisbello Freire se afasta do positivismo adotando o evolucionismo de corte liberal. De fato, o historiador desde sua formação em Salvador adotou as idéias de Herbert Spencer como bases do seu pensamento histórico.

A **História Constitucional** foi também apreciada pelo jornalista Alcindo Guanabara através de uma resenha publicada na **Gazeta de Notícias**. O jornalista faz uma crítica favorável. Enfatiza o rigor documental (provas), a isenção do autor tratando de fatos nos quais teve papel relevante, a natureza interpretativa do livro: "Não estamos diante de um narrador servil" mas diante de "um pensador que se socorre dos fatos para documentar opiniões". Nota a ausência de preocupações estilísticas em Felisbello Freire "... pouco se dá de brunir a frase, de polir o estilo, de colorir a palavra." Registra algumas discordâncias pontuais, por exemplo, quanto à importância atribuída por Felisbello Freire à imprensa no desenvolvimento do republicanismo. (GUANABARA, 1983: 16-25).

Em 1903, nas páginas do **Jornal do Commercio**, Felisbello Freire trava longa polêmica com o historiador e bibliotecário do IHGB, José Vieira Fazenda. A discussão teve origem com um discurso de Felisbello Freire na Câmara dos Deputados, afirmando ser o Rio de Janeiro “uma cidade toda foreira”. Vieira Fazenda defendia a tese contrária que as terras da capital federal são alodiais. A querela historiográfica (e política) desenrola-se entre julho e setembro. Em que se pese a discordância bem fundamentada do bibliotecário-historiador, esse reconhece que Felisbello Freire, em matéria de História, “é senhor de caldeira e pendão”(FAZENDA, 1990: 141-194).

A morte de Felisbello Freire em 1916 dá ocasião a algumas apreciações quanto ao homem e sua obra, incluindo a historiográfica. Todos os necrológicos aventuam a dedicação de Felisbello Freire aos estudos históricos, sua incansável busca aos documentos nos arquivos (FREIRE, 1916: 3).

Morto Felisbello Freire, acompanhemos a recepção de sua obra histórica após o desaparecimento do autor. Em 1921, Eugênio Egas publica uma série de necrológicos de intelectuais falecidos entre 1916 e 1921. Nesta recolha, consta o necrológico de Felisbello Freire. Para Egas, Felisbello Freire é “um historiador de nascimento”. Seu lugar é entre os “mais sinalizados” historiadores (EGAS, 1991: 34-5).

Alguns anos após, Dunshee Abranches, nos seus perfis de governantes e congressistas do Brasil republicano, mostra Felisbello Freire como homem de rara inteligência. Lembra o biógrafo que o historiador “passava grande parte da existência excavando (sic) nas bibliotecas os mais raros e preciosos documentos históricos”. Felisbello Freire, nesta apreciação, aparece como devotado caçador de fontes. Esta mesma imagem é fixada pelo cronista João do Rio: um assíduo frequentador da sala dos Manuscritos da Biblioteca Nacional (ABRANCHES, 1918: 76-8).

Dissonante desta imagem do homem de e da obra, temos a visão de João Capistrano de Abreu. Segundo o historiador cearense, Felisbello Freire é “autor de vários livros de escasso valor.” Segundo ele, a República concedendo cargos (governador, Ministro) ocasionou “uma degradingada física moral e intelectual do historiador. Capistrano não justifica sua crítica demolidora (ABREU, 1977: 172-3).

Uma hipótese explique, talvez, o julgamento tão severo de Capistrano de Abreu sobre Felisbello Freire. O primeiro foi sempre cético em matéria de ideologias políticas ao passo que Felisbello Freire foi, desde sua juventude, um apaixonado do republicanismo. Sua atuação começou em Laranjeiras (Se) fazendo conferências, criando jornais, fundando um Clube Republicano. O historiador foi, sem reboço, um republicano de primeira hora e não um “fisiológico”. Capistrano, ao contrário, nunca manifestou entusiasmo pela República. Sua visão trágica do Brasil não lhe permitia tamanha crença nos progressos com a instalação do novo regime. Se ele não hostilizou a República também não era um entusiasta. Esta diferença é marcante entre os dois intelectuais. Outro fato expressivo é a ocupação por Felisbello Freire dos cargos de governador de Sergipe e de ministro do governo de Floriano Peixoto. A “general de Ferro” com sua conhecida truculência sofreu a antipatia de parte da inteligência da época. Capistrano se incluía entre os anti-florianistas (ABREU, 1977: 63). Como vimos, ele atribui à República a “decadência moral e intelectual” de Felisbello Freire. Pode ser que a diferença de ideal político entre os dois faça com que o mestre cearense

exare um parecer drástico sobre um autor que, como vimos, teve críticas favoráveis de Araripe Júnior e José Veríssimo.

Felisbello Freire aparece num verbete do **Dicionário Bio Bibliográfico** de (1925) de Armindo Guaraná, historiador sergipano, membro do Instituto Histórico de Sergipe. Guaraná assinala o “talento multiforme” de Felisbello Freire. Destaca a figura do historiador como garimpador de documentos. Na verdade, esta fama de catador pertinaz de documentos antigos vem desde sua juventude quando inicia a feitura da sua **História de Sergipe**, em Laranjeiras (interior de Sergipe). Em artigo de **A Reforma** Gumercido Bessa, advogado sergipano formado pela faculdade de Recife, já destacava a obstinação de Felisbello Freire na busca e decifração de documentos antigos para compor a história da Província. Guaraná reitera esta tradição de valorização do pesquisador (GUARANÁ, 1925: 83).

Um marco significativo na recepção crítica da obra de Felisbello Freire ocorre em 1958, ano do centenário do seu nascimento. Em uma conferência comemorativa, Bonifácio Fortes, professor da Faculdade de Direito de Sergipe, toma como tarefa analisar Felisbello Freire enquanto político, historiador e constitucionalista. Fortes revisa toda obra historiográfica do historiador sergipano. Tratando da **História de Sergipe**, assinala o crítico o pioneirismo de Felisbello Freire, bem como o uso de fontes inéditas. Para ele, tal obra é a primeira tentativa de interpretação geográfica, etnológica e antropológica da história do Estado de Sergipe. Um outro mérito de Felisbello Freire, segundo ele, é não restringir a abordagem a esfera política administrativa e levar em consideração o meio natural e o social. Pioneirismo, ineditismo das fontes e visada abrangente são os valores da obra na apreciação do advogado. (FORTES, 1958: 226-228).

A **História da Revolta de 6 de Setembro** é louvada por Fortes pela sua “imparcialidade”. Felisbello pautou o seu trabalho pelo tratamento isento de um fato no qual teve participação direta. Por fim, o estudioso crítico afirma ser a obra “uma contribuição inestimável à reconstituição histórica da terrível guerra civil”. Cuidando da **História da Cidade do Rio de Janeiro** (1901), Fortes enfatiza a abrangência e a riqueza de informações da obra. Para ele este livro é “trabalho de paciência, força de vontade e inteligência.” A **História Constitucional**, por seu turno, é destacada como sendo expressão das tendências democráticas e progressistas do historiador. Também aqui Fortes louva a honestidade do historiador tratando de forma objetiva um objeto querido: o regime republicano. Isto não implica, contudo, que Fortes aprove *in totum* o livro. Para ele a **História Constitucional** peca pelas inexatidões e pela falta de uma boa digestão das teorias lidas. A **História Territorial do Brasil** (1906) é, na apreciação de Fortes, “a obra básica” de Felisbello Freire. Alicerça sua afirmativa mostrando quanto é imprescindível a obra ao estudioso da ocupação humana do leste brasileiro. Finalizando a revisão da obra histórica de Felisbello Freire, ele acentua os principais méritos de sua obra: inclusão do econômico e do social no campo da análise histórica, isenção, e uso de fontes inéditas, farta ancoragem documental.

José Silvério Leite Fontes, em nota sobre os vultos da Historiografia Brasileira, faz um pequeno resumo sobre a obra de Felisbello Freire. Para ele pode-se ver em Felisbello Freire “rasgos de modernidade” (FONTES, 1973).

Valorizar um autor pelo que tem precursor ou moderno é um procedimento usual na crítica e na história da historiografia. Um historiador de outra época torna-se importante na medida que prenuncia elementos atuais. Isto implica em fazer dele um homem de duas épocas: a vivida por ele e a que prenuncia. Felisbello Freire, por esta ótica, seria um historiador do século XIX mas também um contemporâneo. Esta crítica, centrada no presente toma como parâmetro de julgamento, de valorização positiva, a aproximação com o hoje. Isto implica em considerar o hoje epistemologicamente superior ao passado. A evolução de uma ciência seria uma progressão constante, um constante aperfeiçoamento rumo ao presente. Felisbello Freire seria importante na medida em que inclui no seu relato historiográfico a noção da pluricausalidade, afastando-se da monocausalidade política peculiar à historiografia romântica. Felisbello Freire seria assim precursor da moderna concepção de que o campo histórico é pluricausado. Outra alternativa possível é avaliar um autor nos termos de seu próprio tempo. Nesta perspectiva o fito é entender qual a historiografia possível na época de Felisbello Freire. Isto significa dentre outras coisas, um descentramento em relação ao presente, considerando um autor ou uma teoria nos termos do contexto onde esta vigiu. Contra uma crítica de feitio “narcisista” pode-se pensar uma crítica centrada no objeto.

Como Bonifácio Fortes, Silvério Leite Fontes valoriza a inclusão da causalidade psíquica, social, econômica, ambiental e racial. Para Fontes, a perspectiva de uma pluricausalidade é um fator demonstrativo da “modernidade” de Felisbello Freire. O estudioso lembra, entretanto, que faltava a Felisbello Freire “visão clara e precisa sobre o elemento étnico”. É difícil concordar com Fontes quanto à este ponto. A introdução teórica da **História de Sergipe** mostra um Felisbello Freire muitíssimo atualizado quanto ao pensamento científico da época: segunda metade do XIX. O historiador mostra-se ali plenamente “atenado” com as teorias correntes no seu tempo. A bibliografia citada evidencia isto de forma inequívoca.

Também em 1973, Felisbello Freire recebe uma apreciação da parte do folclorista e historiador sergipano José Calazans Brandão da Silva. Ao fazer uma revisão da historiografia sergipana, Silva atribui a Felisbello Freire o papel de “pai da historiografia sergipana”. Fazendo eco a Fortes, o estudioso considera a **História de Sergipe** a “mais importante contribuição à historiografia estadual.” O valor da obra, segundo ele assenta-se no uso de fontes inéditas manuscritas bem como publicação de um *corpus* de cartas sesmarias. Mas, segundo Silva, “a grande síntese histórica de Sergipe” é a parte referente a Sergipe da **História Territorial do Brasil** (SILVA, 1992: 14-15).

Temos ainda nos anos 70 o estudo de Paulo Mercadante incluído na segunda edição da **História de Sergipe** (1977). Neste prefácio o estudioso contextualiza Felisbello Freire mostrando-o como membro da “ilustração Brasileira”. Tratando da **História de Sergipe**, particularmente, Mercadante afirma que sua leitura é indispensável à compreensão do presente. O crítico expressa assim a crença historicista de que o passado explica o presente. Louva a obra pela maturidade de sua elaboração. Lembra ele que esta foi resultado de quase dez anos de pesquisas e estudos”. Finalizando a análise, Mercadante classifica Felisbello Freire como um intelectual de filiação evolucionista e acentua que no Brasil esta corrente filosófica

mesclou-se com outras orientações, tornando-se um ecletismo (MERCADANTE, 1977: 11-18).

Em 1987, Maria Thetis Nunes, historiadora sergipana, professora da Universidade Federal de Sergipe, dedica a Felisbello Freire uma pequena nota. Para ela, a **História de Sergipe** é “a única interpretação em conjunto, da evolução histórica de Sergipe.” Inserindo o historiador entre os membros da “Geração de 70”, Nunes vê em Felisbello Freire um precursor do “nacionalismo” na interpretação da realidade nacional. Aqui o nacionalismo é identificado como traço ideológico de natureza positiva. Felisbello Freire, para a estudiosa, emparelha-se com Capistrano de Abreu, Sílvio Romero, João Ribeiro, Euclides da Cunha e Alberto Torres (NUNES, 1987; RODRIGUES, 1981).

O centenário da publicação da **História de Sergipe** (1991) levou o professor do Departamento de História da Universidade Federal de Sergipe, Francisco José Alves a publicar uma resenha da obra centenária. O resenhista apresenta um resumo da obra e, em seguida, faz algumas notações críticas. Nota um hiato entre a teoria esposada pelo autor e a análise efetivamente realizada. O determinismo mesológico e racial do início do livro é abandonado quando o historiador narra a história sergipana. Tal hiato configura um ecleticismo entre naturalismo e romantismo (ALVES, 1991).

O acompanhamento da recepção da obra historiográfica de Felisbello Freire deixa entrever alguns aspectos do ideal histórico que tem guiado a crítica na leitura apreciativa do historiador. A crítica da crítica deixa evidente que a crítica historiográfica (RANKE, 1973: 33-62) é um julgamento quanto ao que deve ser o saber histórico. Alguns parâmetros aparecem de modo muito claro. Vejamos, primeiramente, os valores intrínsecos que deve possuir a “boa” obra de história. Aparece aqui o ideal da “objetividade”. O “bom” historiador é aquele que não se deixa perturbar pelas paixões e narra as coisas como de fato ocorreram. A “objetividade” em termos éticos, a “honestidade” do pesquisador possibilita não distorcer as coisas acontecidas. Este parâmetro aparece, de modo inequívoco, nas apreciações de Alcindo Guanabara e Bonifácio Fortes.

Outro fator importante, segundo a crítica, é o embasamento documental da “síntese histórica”. Esta virtude capital do historiador é a principal qualidade de Felisbello Freire. O discurso histórico não é divinatório. É dever do pesquisador estribar suas afirmativas nas fontes. A fortuna crítica do historiador está cheia de apreciações cujo eixo da valorização positiva reside neste ponto. Este é o caso de Augusto Vitorino Sacramento Blake e José Alexandre Teixeira de Melo, José Veríssimo, Dunshee Abranches, Armino Guaraná, Bonifácio Fortes, José C. Brandão da Silva e Paulo Mercadante. É difícil não concordar com a crítica neste ponto essencial: as fontes são, de fato, condição indispensável da feitura da história.

Mas, na visão da crítica, “objetividade”, “honestidade” e base documental não são suficientes para forjar uma “boa história”. É preciso que esta possua uma teoria que dê conta da interpretação dos eventos. A teoria é um guia que orienta o pesquisador na exposição do drama histórico. Ela responde à questão do significado das coisas narradas, pois além de ser relato, a historiografia deve prover de sentido os eventos. Esta é a função de uma filosofia da História (MORA, 1971: p.849-856).

O evolucionismo de Felisbello Freire, na perspectiva da Crítica, tem este papel de provedor de sentido. Felisbello Freire é um bom historiador pois não é um mero catador de fatos escondidos em velhos alfarrábios. Ele possui uma filosofia que dá sustentação a sua narrativa. Desde a recepção crítica do IHGB até os intérpretes atuais todos têm enxergado na obra do autor uma teoria que enforma a sua síntese histórica. Esta dupla necessidade (de base empírica e teoria orientadora) está no cerne da historiografia. Alcindo Guanabara, Sacramento Blake, Araripe Júnior, no passado; e Mercadante e Fortes, no presente, diagnosticam a orientação filosófica de Felisbello Freire: um evolucionismo mesclado com outras teorias explicativas.

Há de se considerar ainda o papel da ideologia política na elaboração da narrativa historiográfica. Esta questão remete a função social do historiador e do conhecimento histórico. Este elemento aparece claramente na crítica de José Veríssimo à **História de Sergipe**. Para ele, como já vimos, uma das qualidades positivas da obra é fornecer razões históricas para o federalismo republicano. A **História**, neste caso fornece apoio a uma ideologia política: o federalismo. A observação de Veríssimo está em consonância com o espírito que orientou a elaboração da obra citada. No seu prefácio, Felisbello Freire esclarece os motivos que o levaram a escrever a história do estado de Sergipe. O livro, diz ele, quer mostrar o papel de Sergipe no desenvolvimento da “civilização brasileira”. Ao longo da obra Felisbello Freire acentua o papel dos moradores de Sergipe no progresso do Brasil. Com este propósito, ele enfatiza o papel de Sergipe na luta contra o “invasor” holandês. Na **História Constitucional**, por sua vez, ele destacará o papel da Escola de Recife na “emancipação científica” das mentes brasileiras da segunda metade do XIX. Para ele, a emergência do regime republicano muito deveu aos intelectuais formados pela Faculdade de Direito do Recife, liderados pelo sergipano Tobias Barreto. Felisbello Freire parece animado por um certo regionalismo ou mesmo “estadualismo”. A história é pensada, nesse contexto, como meio de luta política de afirmação da identidade regional (STUDART, 1903: 51-96). A **História de Sergipe** é feita pelo seu autor como uma forma de reparar o olvido que tinha sofrido Sergipe no âmbito da historiografia nacional. Felisbello Freire é o “anjo vingador” do estado esquecido pelos historiadores da Corte. A história é aqui inequívoca arma de luta política na afirmação das unidades da federação.

Ao fim desta análise pode-se desenhar o “tipo ideal” de historiador segundo a Crítica. O “bom” historiador é aquele cujo relato resulta da exaustiva pesquisa de fontes (manuscritos arquivísticos, bibliografia). Marca também a qualidade do pesquisador o uso de fontes até então não descoberta (valor do ineditismo). Felisbello Freire é louvado pelo fato de ser um pertinaz caçador de manuscritos e livros empoeirados. Bom historiador é também aquele que possui uma filosofia que dê sentido aos eventos narrados. Finalmente, a obra histórica deve ser útil as questões políticas do presente. A história torna-se uma arma da luta política (FUETER, 1953).

Um aspecto chama a atenção ao apreciar o ideário de Crítica quanto ao que deve ser a narrativa historiográfica. Fundamentalmente, observa-se a permanência de um padrão: Ao que parece, o modelo de “ciência histórica” proposto por Langlois e Seignobos ainda vive (LANGLOIS e SEIGNOBOS, 1902).

Isto não implica afirmar que os historiadores, na sua totalidade permanecem fiéis aos padrões do positivismo. O quadro deve ser nuançado. Desde o começo do século, a Escola dos Annales desfechou duros golpes na chamada "historiografia factual ou positivista. A crítica residia, sobretudo, na natureza do fato histórico. Contra a crença positivista que os fatos estavam nos documentos e que o papel do pesquisador deveria apenas coletá-los, os analistas afirmam a idéia da construção do fato, como de resto, de todo o fato científico. Marc Bloch declara peremptório: "Nada é dado, tudo é construído" (BLOCH, 1992). Pode-se dizer que a historiografia "de ponta" no Brasil, como no mundo, não cultiva a crença de que os fatos históricos independem do investigador. A noção do fato construído já se tornou um senso comum nos pólos produtores da historiografia: centros de pós graduação em História espalhados pelo Brasil. Todavia, não se pode afirmar a morte completa do ideal positivista da objetividade do fato histórico: Esta crença residual permanece na periferia: os institutos históricos, as academias estaduais de Letras, os eruditos provincianos. Neste meio a revolução dos Annales ainda não chegou. Cultiva-se concepção da independência do objeto histórico em relação ao historiador. Esta crença remanescente vigora ainda. Assim sendo a fortuna crítica de Felisbello Freire, quase toda ela, produzida na periferia, está pautada pela noção positivista do fato histórico. A tradição sobrevive. É até possível que tal ideário sobreviva por muito tempo configurando um divórcio entre o centro e a periferia, entre a história universitária e a história erudita.

Por outro lado, a revisão realizada patenteia a inexistência de trabalhos que realizem uma abordagem exaustiva e sistemática do pensamento histórico de Felisbello Freire. Esta lacuna visto preencher, realizando uma "crítica compreensiva" da obra historiográfica do historiador. Uma abordagem que procura examinar as categorias principais com as quais se desenvolve a historiografia de Felisbello Freire na sua articulação com o evolucionismo, o romantismo e o naturalismo. Tratando dos conceitos, penso chegar ao cerne do ideal histórico de Felisbello Freire, pois não se pode pensar um relato histórico despido destes elementos fundamentais.

BIBLIOGRAFIA

- ABRANCHES, Dunshee. **Governos e Congressos da República dos Estados Unidos do Brasil**. São Paulo, M. Abranches, v. 1, 1918.
- ABREU, João Capistrano de. **Correspondência (Cartas a João Lúcio de Azevedo)**. 2 ed. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, v. 2, . 1977.
- ALVES, Francisco José. Centenário de uma História inaugural. Suplemento Arte & Palavra do **Jornal da Manhã**. Aracaju, 29 dez 1991, p.6.
- ARARIPE JÚNIOR, Tristão de Alencar. **Obra Crítica**. Rio de Janeiro, MEC/ Casa de Rui Barbosa, v. 2, 1960.
- BLAKE, A. Vitorino Sacramento & MELO, José Teixeira de. Parecer. **Revista do IHGB**. Rio de Janeiro, T. 51, 1888.
- BLOCH, Marc. **Introducción a la Historia**. México, FCE. 2 ed, 1992.
- EGAS, Eugênio. **Necrológicos: 1916-1919**. São Paulo, Typ. Siqueira & Cia, 1919.
- FAZENDA, José Vieira. Antiquilhas e Memórias do Rio de Janeiro. **Revista do IHGB**. Rio de Janeiro, t. 88, v. 142, 1920.

- FUETER, Eduard. *História de la Historiografia Moderna*. Buenos Aires, Editorial Nova, v.2, 1953.
- FONTES, José Silvério Leite. *Vultos da Historicgrafia Brasileira: Felisbello Freire. Notícia Bibliográfica e Histórica*. Campinas/SP, n. 49, 1973.
- FORTES, Bonifácio. Felisbello Freire - O homem público, o escritor e o constitucionalista. *Revista da Faculdade de Direito*. Aracaju, v.5, n.5, 1958.
- FREIRE, Felisbello. Necrológico. *Jornal do Comercio*. Rio de Janeiro, 8 maio, 1916.
- GUANABARA, Alcindo. Resenha. "Gazeta de Notícias". Rio de Janeiro, 6, 8 e 9 maio 1894. Apud FREIRE, Felisbello. *História Constitucional da República dos Estados Unidos do Brasil*. Brasília, Ed. da UNB, 2 ed., 1983.
- GUARANÁ, Armindo. *Dicionário Bio-Bibliográfico Sergipano*. Rio de Janeiro, Pongetti, 1925.
- LANGLOIS, C,V, & SEIGNOBOS, Ch. *Introduction aux Etudes Historiques*. Paris, Hachete, 1902.
- MERCADANTE, Paulo. Felisbello Freire, um vulto da Ilustração Brasileira. In: FREIRE, Felisbello. *História de Sergipe*. Fe' ópolis: Vozes, Aracaju: Governo do Estado, 2 ed., 1977.
- MORA, Jose Ferrater. *Dicionario de Filosofia*. Buenos Aires, Sudamericana, 5 ed., 1971.
- NUNES, Maria Thetis. Felisbello Freire, o historiador. *Caderno do Estudante*. São Cristóvão, Universidade Federal de Sergipe, n. 4, 1987.
- RANKE, Leopold von. *História*. São Paulo, Ática, Coleção Grandes Cientistas Sociais, 1979.
- RODRIGUES, Anna Maria Moog. A Geração de 70. *Ciências Humanas*, Rio de Janeiro, v.5, n.16, jan/mar, 1981.
- SILVA, José Calazans Brandão da. *Aracaju e outros temas sergipanos*. Aracaju, FUNDESC, 1992.
- STUDART, Guilherme. Francisco Pinto e Luiz Figueira. *Revista do Instituto do Ceará*. Fortaleza, t. 17, 1903.
- TAPAJÓS, Vicente & TÓRTIMA, Pedro. *Dicionário Biobliográfico de Historiadores, Geógrafos e Antropólogos Brasileiros*. Rio de Janeiro, IHGB, v. 1, 1991.
- VERÍSSIMO, José. *Teoria, Crítica e História Literária*. Rio de Janeiro. Livros Técnicos e Científicos; São Paulo: EDUSP. Rio de Janeiro, 1977.